

Reforçar o sindicato, dar dignidade à profissão

## Uma abordagem integrada como resposta aos novos desafios

*José Alberto Marques\**

Vivemos um tempo marcado pelo medo. Medo do presente e medo do futuro. Medo de perder o que até agora se conseguiu evitar que se perdesse. Um tempo em que o passado começa ontem mas já parece uma miragem. Um tempo de frustrações, falta de confiança e pleno de chantagens. Um tempo de imposição de via única que promete uma sobrevivência miserável em troca da resignação.

O grande desafio do presente não está em procurar o saudosismo do passado. Em repor tudo exatamente como estava. Até porque nalguns casos estava muito longe de estar bem. O grande desafio do presente está na compreensão de que o mundo não volta para trás, nem nós queremos que isso aconteça. O grande desafio do presente reside na construção de uma proposta sindical que, construída a partir da dura realidade que nos esmaga, nos liberte para a ação eficaz, nos una nos objetivos e nas formas de os atingir.

### Cooperação e partilha na definição dos objetivos

Os objetivos no plano sindical são uma construção de natureza política, tanto mais justos quanto mais partilhada for a sua discussão e aprovação, tanto mais capazes de concitar a união dos professores, educadores e investigadores quanto mais sagaz for o desenho das interações entre os interesses dos jovens profissionais e dos que há mais anos garantem a qualidade da Escola Pública, um bom Ensino Particular e Cooperativo complementar e uma Investigação essencial para o futuro do país.

A trave mestra na construção desses objetivos deve assentar na dignidade das profissões (educação de infância, docência e investigação), assumindo assim os estatutos de carreira um papel central nessa dinâmica de construção. Tanto no público como no particular e cooperativo. E quando se fala de estatutos de carreira fala-se, entre outras coisas, de remunerações e progressões justas e de condições para o exercício das profissões nomeadamente horários adequados, instalações condignas e formação contínua relevante e gratuita. As profissões exercem-se nos Jardins de Infância, nas Escolas (não nos agrupamentos essas entidades de controlo administrativo do processo educativo e difusoras locais da intervenção ministerial) e nas Universidades e Politécnicos. Por isso, a defesa da Escola Pública (sem prejuízo da garantia de transparência e paralelismo pedagógico do

particular e cooperativo) enquanto imperativo democrático e constitucional, terá de estar na linha da frente da ação sindical. Só a Escola Pública pode garantir a



**Os desafios da docência**  
perante o recuo dos direitos de cidadania  
5 e 6 de fevereiro de 2015  
fórum Lisboa

igualdade de oportunidades no acesso, na frequência e no sucesso dos filhos deste país. Nesse sentido, a Escola Pública tem de ser o lugar onde se renova a democracia.

### **Os pressupostos de uma ação eficaz**

Os últimos anos têm sido verdadeiros anos de chumbo da democracia portuguesa. Desemprego em massa, emigração galopante, cortes salariais, quebra das prestações sociais, subfinanciamento generalizado (para pagar os encargos de uma dívida em grande parte ilegítima!) nomeadamente na saúde, segurança social e educação. Os três mais importantes pilares do Contrato Social nascido no espaço europeu por cima dos escombros da incomensurável hecatombe que foi a Segunda Guerra Mundial.

Vencer os desafios que estes anos de chumbo encerram e tudo o que significam de retrocesso social, económico e político exige grande rigor nos apelos à participação dos educadores, professores e investigadores em ações de protesto sejam de que natureza forem. Exige conhecimento profundo e fundamentado das questões em causa. Não podendo, nem devendo, os sindicatos enjeitar as responsabilidades que lhes cabem de manter viva a luta contra as medidas de fundo dos governos, punitivas para os trabalhadores, assim como de muitas medidas conjunturais que violam princípios fundamentais (como a PACC, por exemplo), o seu desenho e consecução devem ser feitos com ampla participação destes. A partir dos locais de trabalho. Não está em causa qualquer deriva “criativa” mas sim garantias de participação de quem sofre diretamente com as políticas antissociais dos diferentes governos. Por outro lado, só o diálogo permanente e a concertação estratégica entre os sindicatos regionais (nomeadamente dos professores) ou nacionais no âmbito, por exemplo, da Administração Pública, podem evitar a desmobilização dos trabalhadores dos diferentes sectores perante ações de luta que proliferam ao sabor da resposta conjuntural à agenda política dos governos.

Temos consciência do mundo vertiginoso em que vivemos. A resposta aos desafios por ele colocados não consiste, porém, na multiplicação de ações nas quais se apela a todos para estar em todo o lado. Tal orientação (muitas vezes de natureza conjuntural) comporta o risco (por cansaço, ausência imediata de resultados e descrença no sucesso de uma receita mil vezes repetida) de estarmos cada vez menos em todo o lado. E não serão as listagens de ações burocraticamente impressas em comunicados ou os (eventualmente) quinze segundos de imagens, sempre iguais, perdidas num bloco noticioso de qualquer estação de cabo que aumentarão a participação em ações futuras ou contribuirão para o alcançar de objetivos concretos.

A linha de atuação tem de ser encontrada na coordenação criteriosa dos interesses, por vezes divergentes, em matéria de oportunidade, tipo e duração das ações. Não é um trabalho fácil mas é aquilo que se exige dos sindicatos, frentes sindicais, federações e confederações nacionais ou internacionais.

Uma estratégia de luta comum a todos os trabalhadores é vital para o seu sucesso. Mas essa unidade passa por perceber que as ações sectoriais devem ser as mais frequentes. Não só porque podem ser agendadas para o momento mais adequado tendo em vista a obtenção de resultados concretos como são elas que dão cimento à participação coletiva por estarem mais diretamente ligadas ao labor de cada um dos trabalhadores individualmente considerados. As ações multissetoriais devem acontecer quando estiverem reunidas as

condições mínimas de participação e de consecução dos objetivos traçados. Tal como o sucesso em Língua Portuguesa ou Matemática não aumenta (pode até diminuir) se a elas se resumir o currículo nacional, também a multiplicação de ações de âmbito mais vasto pode revelar-se contraproducente mesmo quando estão em causa objetivos comuns a todos os trabalhadores.

### **A concretização das respostas**

O SPGL e a FENPROF têm tido uma enorme disponibilidade no combate sem tréguas em prol da defesa dos educadores, professores e investigadores e da qualidade do ensino. Participações significativas em ações de rua, quer na luta por objetivos sectoriais, quer no âmbito da CGTP e Frente Comum. Participações condignas em greves sectoriais, no âmbito da Função Pública ou da CGTP. Uma persistente intervenção no campo jurídico, e também em matéria de abaixo-assinados, petições e outras iniciativas de cidadania empenhada.

No plano sectorial, a luta contra a PACC não a derrotou em definitivo mas contribuiu para a sua descredibilização, que se tornou mais evidente com as intervenções do Conselho Científico do IAVE e a recente decisão do TAF de Coimbra. Por outro lado, a luta dos professores e educadores obrigou o MEC a reduzir muito o âmbito do universo da requalificação ao mesmo tempo que conseguiu travar o avanço imparável da municipalização que o governo pretendia, embora a questão de fundo permaneça. Obrigou ainda a processos de vinculação extraordinários, que não abrangendo o âmbito que pretendemos, concretizou o acesso à carreira de um largo número de professores contratados.

Neste enquadramento temos de:

- Definir de imediato os processos de luta, no âmbito da Administração Pública, para recuperação dos salários e das 35 horas semanais;
- Organizar a luta por horários e condições de aposentação que respeitem a especificidade da profissão docente;
- Organizar a luta pela recuperação do tempo de serviço “roubado” e pelo descongelamento das progressões nas carreiras, de acordo com o ECD e os estatutos das carreiras docentes e de Investigação e do Ensino Superior;
- Organizar a luta em torno da defesa de um financiamento, por via orçamental, adequado às necessidades do país tanto no não superior como no superior e na I&D;
- Manter a luta necessária e inadiável para conseguir que se faça a correta aplicação da diretiva europeia, tanto no não superior como no superior.
- Denunciar e preparar as formas de luta necessárias para inverter a política exploradora da AEEP de menos salários, mais trabalho;

- Construir uma linha de resistência e combate à disseminação dos agrupamentos e mega-agrupamentos que permita reorganizar a luta contra os efeitos mais perversos da sua implementação, assim como do atual modelo de gestão.

Graças à luta dos trabalhadores e de todos os democratas o ambiente político está lentamente a mudar na Europa. O contributo do SPGL para a aceleração desta mudança é essencial. Vamos todos contribuir para ela.

\* Tesoureiro do SPGL